

Candidatos tentam superar dificuldades

Norma Albano/AE—7/6/93

Quércia e Fleury brigam por indicação e Maluf aposta na CPI da CUT para superar prejuízo



Fleury: "Meu grupo político"

A pretensão de Orestes Quércia de sair da convenção nacional do PMDB indicado candidato à Presidência esbarra nas acusações de irregularidades no exercício do cargo público, enriquecimento acima do padrão — a auditoria em suas declarações de renda só mostram que foram feitas por bons contadores — e nas importações superfaturadas de equipamentos de Israel. Além disso, Ibsen e Genebaldo sempre se incluíram no time dos quercistas. "Não dá para sair por aí vendendo o nome do Quércia porque não vamos encontrar muita gente interessada", constata, desanimado, um quercista do PMDB paulista.

Certo de que Quércia vai trombar no pragmatismo do PMDB, um partido que precisa ir às urnas com chances de se manter majoritário na política do País, o governador Luiz Antonio Fleury Filho lança suas fichas na mesa da sucessão presidencial. Ultimamente, sempre que pode, Fleury fala em "meu grupo político" — sutil maneira de dizer que se desgarrou do apadrinhamento quercista, sem necessariamente romper com o passado.

Ao mesmo tempo, Fleury percorre o interior paulista disposto a se fortalecer como liderança e vive de conluíus, por telefone ou pessoalmente, com outros capitães peemedebistas. Tem contra si o inquérito que investiga o Caso Israel, o massacre do Carandiru, o longa greve dos professores. Mas manipula os pauzinhos para garantir a aprovação, na revisão constitucional, da emenda que permite aos ocupantes de cargos públicos permanecer no posto mesmo em campanha.

O sonho de parte do PMDB de fazer o ex-ministro e deputado Antônio Britto (RS) candidato do consenso à sucessão de Itamar esbarrou na falta de vontade do escolhido: Britto já está em campanha pelo governo do Rio Grande do Sul. O quadro "pode sofrer alterações" — opina o quercista do PMDB paulista — durante o processo de revisão constitucional e no período de julgamento dos listados pela CPI do Orçamento entre os que devem ser cassados.

O PPR de Paulo Maluf também se enredou nas linhas do relatório da CPI que encaminhou à Câmara a missão de investigar o ex-líder do partido deputado José Luís Maia (PI). Maluf tenta correr atrás do prejuízo provocado pelo fato e pelas investigações do Caso Paubrasil — relativas às contribuições de empresas para suas campanhas políticas — forçando o início dos trabalhos da CPI da CUT, na qual espera balançar o adversário do PT, e escarafunchando cada passo da administração petista de Luíza Erundina na Prefeitura para provar que o partido é administrador incapaz.

O PT de Lula não entrou no relatório de Magalhães. Mas arca com os respingos do assassinato do presidente do Sindicato dos Rodoviários do ABC, Oswaldo Cruz Junior, autor da denúncia de que a CUT repassava dinheiro para as campanhas de candidatos do partido. Além disso, como todo político atrás de votos, Lula andou usando o avião de um empresário que mantinha contratos de fornecimento com a Prefeitura.

O pedetista Leonel Brizola não quer ficar fora do jogo e imagina aproveitar o resultado favorável ao seu partido durante a CPI para melhorar seus índices nas pesquisas. Brizola tenta atrair lideranças e acordos com nomes considerados populares em Minas e São Paulo, mas tem contra si o fato de os fluminenses não fazerem um bom julgamento de seus pendores administrativos.

(A.M.T.)